

### **ATO NORMATIVO Nº 714**

Aprova o relatório de Gestão Fiscal referente ao período de janeiro de 2023 a dezembro de 2023.

O MINISTRO-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXV do art. 6º do Regimento Interno, e

**CONSIDERANDO** o art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal;

CONSIDERANDO a Decisão do Tribunal de Contas da União nº 1.099/2002-Plenário, TC-009.042/2002-8, de 28 de agosto de 2002;

**CONSIDERANDO** o Ato Normativo STM nº 676, de 9 de novembro de 2023, que dispõe sobre as responsabilidades e procedimentos de elaboração do Relatório de Gestão Fiscal; e

CONSIDERANDO a Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional  $n^{\circ}$  72, de 18 de janeiro de 2024,

# RESOLVE:

Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Militar da União, referente ao período de janeiro de 2023 a dezembro de 2023, constante do Anexo Único deste Ato Normativo.

Art. 2º Este Ato Normativo entra em vigor na data de sua publicação.

# ARTUR VIDIGAL DE OLIVEIRA

Ministro-Presidente, em exercício



Documento assinado eletronicamente por ARTUR VIDIGAL DE OLIVEIRA, MINISTRO-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, em exercício, em 26/01/2024, às 15:14 (horário de Brasília), conforme art. 1º,§ 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.stm.jus.br/controlador\_externo.php? acao=documento\_conferir&id\_orgao\_acesso\_externo=0 informando o código verificador **3581034** e o código CRC **E629AB4B**.

3581034v4

Setor de Autarquias Sul, Praça dos Tribunais Superiores - Bairro Asa Sul - CEP 70098-900 -Brasília - DF - http://www.stm.jus.br/

R\$1.00



#### ANEXO Nº ÚNICO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

#### DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO/2023 A DEZEMBRO/2023

DESPESAS EXECUTADAS

	(Útimos 12 Meses)														
DESPESA COM PESSOAL	LIQUIDADAS									INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR TOTAL EXEC	TOTAL EXECUTADO				
	JAN/2023	FEV/2023	MAR/2023	ABR/2023	MAI/2023	JUN/2023	JUL/2023	AGO/2023	SET/2023	OUT/2023	NOV/2023	DEZ/2023	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)	NÃO PROCESSADOS (B)	(C) = (A) + (B)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	37.853.415,17	39.532.396,92	38.650.540,68	37.515.792,38	37.372.515,55	48.582.729,89	37.087.474,57	37.030.048,38	37.085.008,79	52.934.331,03	57.815.572,12	43.727.486,93	505.187.312,41	25.325.584,69	530.512.897,10
Pessoal Ativo	20.573.689,05	22.095.259,37	21.471.117,29	19.811.428,66	19.799.381,52	23.162.662,07	19.635.013,99	19.575.827,33	19.643.107,85	20.115.686,99	30.935.819,87	26.317.997,04	263.136.991,03	14.286.445,29	277.423.436,32
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	17.166.709,60	18.936.895,67	18.373.389,63	16.670.882,49	16.672.061,14	20.058.600,70	16.535.892,13	16.480.785,08	16.539.622,44	16.984.624,05	24.741.506,20	23.309.135,44	222.470.104,57	11.280.445,29	233.750.549,86
Obrigações Patronais	3.406.979,45	3.158.363,70	3.097.727,66	3.140.546,17	3.127.320,38	3.104.061,37	3.099.121,86	3.095.042,25	3.103.485,41	3.131.062,94	6.194.313,67	3.008.861,60	40.666.886,46	3.006.000,00	43.672.886,46
Pessoal Inativo e Pensionistas	17.279.726,12	17.437.137,55	17.179.423,39	17.704.363,72	17.573.134,03	25.420.067,82	17.452.460,58	17.454.221,05	17.441.900,94	32.818.644,04	26.879.752,25	17.409.489,89	242.050.321,38	11.039.139,40	253.089.460,78
Aposentadorias, Reserva e Reformas	10.589.500,06	10.689.162,05	10.449.543,49	10.703.904,99	10.706.065,65	15.027.202,91	10.529.835,13	10.540.396,96	10.509.913,14	13.749.738,73	16.010.417,61	10.508.407,84	140.014.088,56	9.484.469,32	149.498.557,88
Pensões	6.690.226,06	6.747.975,50	6.729.879,90	7.000.458,73	6.867.068,38	10.392.864,91	6.922.625,45	6.913.824,09	6.931.987,80	19.068.905,31	10.869.334,64	6.901.082,05	102.036.232,82	1.554.670,08	103.590.902,90
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de															
Contratação de Forma Indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1° do art. 19 da LRF)	17.660.542,98	20.055.764,49	17.279.293,34	17.706.561,92	17.608.670,26	25.413.124,94	17.440.840,12	17.442.412,74	65.080,44	15.725.400,98	758.028,83	7.030.879,98	174.186.601,02	16.505.255,94	190.691.856,96
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	492,25	492,25	492,25	492,25	31.121,90	6.618,18	6.618,18	6.618,18	6.618,18	6.618,18	6.618,18	6.618,18	79.418,16	0,00	79.418,16
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	380.324,61	2.618.134,69	99.377,70	1.705,95	35.043,98	4.865,43	187,85	0,00	58.462,26	15.568.616,97	751.410,65	8.005,50	19.526.135,59	12.241.854,45	31.767.990,04
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	17.279.726,12	17.437.137,55	17.179.423,39	17.704.363,72	17.542.504,38	25.401.641,33	17.434.034,09	17.435.794,56	0,00	150.165,83	0,00	7.016.256,30	154.581.047,27	4.263.401,49	158.844.448,76
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	20.192.872,19	19.476.632,43	21.371.247,34	19.809.230,46	19.763.845,29	23.169.604,95	19.646.634,45	19.587.635,64	37.019.928,35	37.208.930,05	57.057.543,29	36.696.606,95	331.000.711,39	8.820.328,75	339.821.040,14

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA-RCL (IV)	1.233.714.884.820,18	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (A) + (B)	339.821.040,14	0,027545%
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	994.078.105,59	0,080576%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	944.374.200,31	0,076547%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0.90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	894.670.295,03	0,072518%

FONTE: Tesouro Gerencial, Justiça Militar da União, 08/01/2024, 15h32min.

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

Nota 1: Nos demonstrativos elaborados no 1º e 2º quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuação a ser informados nesse campo. Esses valores não softem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Nota 2: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Nota 3: Limite Legal da JMU = 0,080576% e Limite Prudencial da JMU = 0,076547% conforme Resolução CNJ nº 177/2013.

Nota 4. Foram somados R\$ 817.413,35 ao valor liquidado de dezembro e R\$ 640.000,00 ao valor de restos a pagar não processados inscritos, correspondentes a nova despesa "Licença Compensatória - Conversão em Pecúnia, PTRES 167533, NDD 31901151.

Nota 5. Durante os meses de setembro a dezembro de 2023, foi utilizada a fonte 001 para pagamento da Despesa de Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados, de forma que esse valores não foram deduzidos das Despesas com Pessoal, aumentando a base de cálculo para apuração dos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

### DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR

#### ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

#### JANEIRO A DEZEMBRO/2023

RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alinea "a")

			OBRIGAÇÕES FINANCEIRA			RAS	DISPONIBILIDADE		EMPENHOS	DISPONIBILIDADE
		DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não		DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO	NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO	DE CAIXA
IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS			De Exercícios Anteriores	Do Exercício	de	Financeiras		DO	INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	NÃO PROCESSADOS
		(a)	(b)	(e)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))	(g)		(h) = (f - g)
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)		58.593.427,31	8.819,35	861.141,25	2.164.566,16	2.763,60	55.556.136,95	37.588.459,64	0,00	17.967.677,31
Código	Descrição					ļ				
1000000000	RECURSOS LIVRES DA UNIAO	57.233.336,16	8.819,35	861.141,25	1.014.806,91	2.763,60	55.345.805,05	37.588.459,64	0,00	17.757.345,41
3000000000	RECURSOS LIVRES DA UNIAO	1.360.091,15	0,00	0,00	1.149.759,25	0,00	210.331,90	0,00	0,00	210.331,90
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)		14.401.688,41	0,00	182.716,68	0,00	200.927,48	14.018.044,25	10.264.372,66	0,00	3.753.671,59
Código	Descrição									
1001000000	REC.LIVRES SEG.SOCIAL	3.008.900,46	0,00	0,00	0,00	0,00	3.008.900,46	2.237.321,58	0,00	771.578,88
1056000000	BENEFICIOS RPPS UNIAO	5.097.448,49	0,00	0,00	0,00	0,00	5.097.448,49	4.263.401,49	0,00	834.047,00
1027000000	SERV.AFETOS AS ATIVID.ESPECIFICAS DA JUSTICA	5.197.487,69	0,00	30.156,74	0,00	0,00	5.167.330,95	3.306.216,61	0,00	1.861.114,34
1050000245	REC.PROP.LIV.UO-JUSTICA MILITAR DA UNIAO	129.056,81	0,00	0,00	0,00	0,00	129.056,81	17.259,98	0,00	111.796,83
3050000245	REC.PROP.LIV.UO-JUSTICA MILITAR DA UNIAO	634.339,55	0,00	152.559,94	0,00	0,00	481.779,61	440.173,00	0,00	41.606,61
1002000000	ATIVIDADES-FIM DA SEGURIDADE SOCIAL	133.527,93	0,00	0,00	0,00	0,00	133.527,93	0,00	0,00	133.527,93
1491000000	RECURSOS DIVERSOS	200.927,48	0,00	0,00	0,00	200.927,48	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)		72.995.115,72	8.819,35	1.043.857,93	2.164.566,16	203.691,08	69.574.181,20	47.852.832,30	0,00	21.721.348,90

FONTE: TESOURO GERENCIAL, Justiça Militar da União, 08/01/2024, 13h

Notas:

1. Essa coluna poderá apresentar valor negativo, indicando, nesse caso, insuficiência de caixa após o registro das obrigações financeiras.

Anexo VII - LRF, art. 48.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

### DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO/2023 A DEZEMBRO/2023

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA						
Receita Corrente líquida		R\$ 1.233.714.884.820,18				
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL				
Despesa Total com Pessoal - DTP	339.821.040,14	0,027545%				
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	994.078.105,59	0,080576%				
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	944.374.200,31	0,076547%				
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL				
Dívida Consolidada Liquida						
Limite Definido por Resolução do Senado Federal						

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas		
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		

Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	47.850.591,00	69.574.181,20

FONTE: Tesouro Gerencial, Justiça Militar da União, 08/01/2023, 13h.

#### ARTUR VIDIGAL DE OLIVEIRA

Ministro-Presidente, em exercício

#### JOSÉ CARLOS NADER MOTTA

Diretor-Geral

#### CAMILO REY LAURETO

Diretor de Orçamento e Finanças

#### HELTON CARNEIRO DE CASTRO

Assessor de Controle Interno



Documento assinado eletronicamente por CAMILO REY LAURETO, DIRETOR DE ORÇAMENTO E FINANÇAS, em 26/01/2024, às 13:37 (horário de Brasilia), conforme art. 1°, § 2°, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por JOSÉ CARLOS NADER MOTTA, DIRETOR-GERAL, em 26/01/2024, às 13:43 (horário de Brasília), conforme art. 1°, § 2°, III, "b", da Lei 11.419/2006.



\_\_ Documento assinado eletronicamente por HELTON CARNEIRO DE CASTRO, ASSESSOR DE CONTROLE INTERNO, em 26/01/2024, às 13:43 (horário de Brasília), conforme art. 1°, § 2°, III, "b", da Lei 11.419/2006.



\_\_\_\_ Documento assinado eletronicamente por ARTUR VIDIGAL DE OLIVEIRA, MINISTRO-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, em exercício, em 26/01/2024, às 15:13 (horário de Brasília), conforme art. 1º,§ 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.stm.jus.br/controlador\_externo.php?acao=documento\_conferir&id\_orgao\_acesso\_externo=0 informando o código verificador 3581662 e o código CRC F04EFCBC.